

Robert Southey, leitor d'*Os Lusíadas*

Alexandre Dias Pinto*

<https://orcid.org/0000-0003-0611-7114>

Resumo: O poeta, historiador e crítico romântico Robert Southey interessou-se pela cultura portuguesa e escreveu sobre a obra de Luís de Camões, além de ter deixado traduções de poemas do épico português. No presente ensaio, discuto o modo como o crítico britânico leu e avaliou *Os Lusíadas*, centrando-me num extenso artigo que publicou na importante *The Quarterly Review*, em 1822, mas também noutros escritos do autor sobre o tema. Examino a abordagem que Southey empreendeu na análise do poema, bem como os comentários que teceu sobre as traduções para inglês d'*Os Lusíadas* publicadas até então.

Palavras-chave: Luís de Camões. *Os Lusíadas*. Robert Southey. John Adamson. Recepção.

Robert Southey, reader of *Os Lusíadas* (*The Lusiads*)

Abstract: The romantic poet, historian and critic Robert Southey became interested in Portuguese culture. He wrote about the work of Luís de Camões and left translations of his poems. In this essay, I discuss how the British critic read *Os Lusíadas* (*The Lusiads*), focusing on an article that he published in the important *The Quarterly Review*, in 1822, as well as on other writings of the author about this subject. I examine the approach that Southey followed when he wrote about the poem and analyse the comments that he made about the English translations of *Os Lusíadas* which hitherto were published.

Keywords: Luís de Camões. *Os Lusíadas*. Robert Southey. John Adamson. Reception.

Robert Southey, lector de *Os Lusíadas*

Resumen: El poeta, historiador y crítico romántico Robert Southey se interesó por la cultura portuguesa y escribió sobre la obra de Luís de Camões, además de dejar traducciones de poemas del épico portugués. En este ensayo analizo cómo el crítico británico leyó y evaluó *Os Lusíadas*, centrándome en un extenso artículo que publicó en el importante *The Quarterly Review*, en 1822, pero también en otros escritos del autor sobre el tema. Examinó el enfoque que Southey adoptó al analizar el poema, así como los comentarios que hizo sobre las traducciones inglesas de *Os Lusíadas* publicadas hasta entonces.

Palabras-clave: Luís de Camões. *Os Lusíadas*. Robert Southey. John Adamson. Recepción.

* Universidade de Lisboa. Investigador integrado do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa e professor na Escola Superior de Educação João de Deus (Lisboa). Mestre em Literatura Comparada e Doutor em Crítica Textual pela Universidade de Lisboa. E-mail: alexandre.pintolx@gmail.com.



Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada.
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR.

Introdução: um pretexto para escrever sobre Camões

Robert Southey (1774-1843) foi um importante poeta, historiador e crítico romântico britânico. Em 1813, tornou-se o Poeta Laureado do Reino Unido, facto que atesta a importância que o meio literário e as instituições do país lhe conferiam. Nos seus trabalhos historiográficos e literários, Southey interessou-se por Portugal, pelo seu passado e pela sua cultura (cf. Cabral, 1959). As duas visitas à pátria de Camões, em 1796 e em 1800-1801, terão tido um efeito catalisador no seu interesse por temas portugueses. Durante a segunda estadia, Southey começou a trabalhar numa História de Portugal, que não concluiu (cf. Pinto, 2007; 2012). Mais tarde, viria a publicar *History of Brazil* (1810-1819) e *History of the Peninsular War* (1823-1832), a primeira sobre a (então) colónia portuguesa e a segunda sobre as Guerras Napoleónicas na Península Ibérica. Até ao fim dos seus dias, escreveu poemas e ensaios para os periódicos do seu tempo sobre temas literários, históricos, religiosos e políticos portugueses.

Em 1822, ou seja, duzentos e cinquenta anos após a primeira edição d'*Os Lusíadas*, Robert Southey preparou um artigo que se centra na obra de Luís de Camões e em aspectos da sua recepção. O texto foi publicado no número LIII, do volume XXVII, da revista *The Quarterly Review* e recebeu o extenso título de “1. *Memoirs of the Life and Writings of Luis de Camoens*. By John Adamson, F.S.A. London, Edinburgh, and Newcastle-upon-Tyne. 2 vols, crown 8to. 1820. 2. *O Oriente*, Poema de José Agostinho de Macedo. Lisbon. 2 vols” (Southey, 1822). O ensaio assume-se, na primeira parte, como uma recensão crítica de um estudo sobre a vida e a obra de Camões, da autoria do lusitanista britânico John Adamson, e, numa segunda parte, mais breve, como uma análise do poema épico *O Oriente* (1814), de Agostinho de Macedo (1761-1831), árcade, sacerdote, militante da causa miguelista e feroz crítico do autor d'*Os Lusíadas*. As reflexões críticas sobre a vida e a obra do vate português são complementadas com o exame dos estudos de Manuel de Faria e Sousa sobre a produção camoniana e com

comentários às traduções inglesas d'*Os Lusíadas* preparadas por Fanshaw (1655) e por Mickle (1776).

A recensão crítica (*review*), género textual em que o artigo de Southey se inscreve, servia, nesta época, de pretexto para o autor da peça expor as suas ideias sobre questões políticas, sociais e culturais associadas de modo mais ao menos directo ao livro que recenseava, deixando frequentemente de lado a obra que devia tratar (cf. Butler, 1993; Parker, 2001). No artigo que escreve para *The Quarterly Review*, Southey revela-se fiel à tarefa de recenseur das duas obras indicadas no título, comentando o ensaio de John Adamson sobre Camões e, no final, avaliando brevemente o poema de Agostinho de Macedo. Ainda assim, no primeiro caso, fá-lo seguindo uma linha de atuação em que a sua voz e as suas posições se sobrepõem de tal forma à obra de Adamson que fazem esquecer que a recensão devia estar a recensear o trabalho do biógrafo inglês. Consequentemente, o texto de Southey não deixa de se assumir, na prática, como um estudo sobre a produção camonianiana, que resulta da investigação do crítico, o qual acaba por veicular as suas próprias conclusões. Aqui e ali, puxa-se à liça o estudo de Adamson e de outros camonistas, a fim de lhes responder ou de refutar algumas das suas ilações.

Creio que há, pelo menos, uma razão clara para Southey cumprir, até certo ponto, de modo fiel o seu trabalho de recenseur nesse texto e de dialogar com *Memoirs of the Life and Writings of Luis de Camoens* em vários momentos, em lugar de apenas o usar como pretexto para as suas reflexões. Nas entrelinhas do artigo, o recenseur (Southey) entra numa relação de competição com o autor da obra examinada (Adamson). Nos reparos, nas censuras mais fundas e nos acrescentos, emerge a ideia de que o conhecimento do crítico seria superior ao do biógrafo e que, se fosse Southey a preparar o estudo, o trabalho seria feito com mais competência e teria mais qualidade.

John Adamson (1787-1855), autor inglês e “antiquário” (no sentido oitocentista e novecentista do termo), dedicou-se ao estudo da literatura e da cultura portuguesas.¹ A primeira obra de fôlego que publicou foi *Memoirs of the Life and Writings of Luis de Camoens* (1820), que inclui, para além de uma biografia do poeta renascentista

¹ Sobre John Adamson e a sua produção escrita, ver o estudo de João Paulo Ascenso Pereira da Silva (1990).

português, uma análise da sua produção literária, das edições da sua poesia e das traduções inglesas. Além dessa obra, Adamson trouxe a público *Bibliotheca Lusitana* (1836) e *Lusitania Illustrata* (1842-1846). Como reconhecimento do seu trabalho sobre Portugal, a Academia Real das Ciências fez dele um dos seus membros, e a Rainha D. Maria II agraciou-o, em 1838, com a Ordem da Torre e Espada e a Ordem de Cristo.

Em carta de 24 de setembro de 1820 dirigida ao tio Herbert Hill, Southey define os objetivos e a linha de atuação que irão presidir à recensão que pretende escrever sobre *Memoirs of the Life and Writings of Luis de Camoens* e que publicará em 1822: “*I intend to do with that life, what I did with Lord H[olland]’s life of Lope de Vega, which is in other words to do what the author has left undone*” (Southey, 2017, carta 3236). Na missiva, o Poeta Laureado amesquinha a obra e o talento de Adamson (“*poor Adamson, who has certainly put his infinitesimal fraction of a talent*”, Southey, 2017, carta 3236) com um desdém cobiçoso e mal disfarçado, que resulta do facto de Adamson ter sido eleito membro da Academia Real das Ciências. Advogando a superioridade do seu estro e da sua obra, Southey, que se considerava a maior autoridade em assuntos portugueses em solo britânico e que tinha vasta obra publicada sobre Portugal e o seu Império, não esconde o seu desagrado por o título de académico não lhe ter sido atribuído e ter sido oferecido a outrem: “*But the Academy will not reward my Memoir as they have done his [Adamson’s]*” (Southey, 2017, carta 3236).

Segundo creio, Southey analisa mais de perto *Memoirs of the Life and Writings of Luis de Camoens*, corrigindo o texto e demonstrando os pontos em que este devia ter sido mais rigoroso na informação e ter sido mais certo nas conclusões sobre a vida e a obra de Camões. Certo é que o papel do recenseador é o de avaliar e comentar o trabalho de um outro autor. Contudo, o artigo de Southey revela-se, todo ele, uma tal exibição de erudição e de conhecimento da matéria que relega para um segundo plano o estudo de Adamson. Fica o leitor a pensar por que motivo não foi o próprio autor de *History of Portugal* a escrever essa biografia literária do épico português.

Não era a primeira vez que Southey comentava com sobrançeria trabalhos de outros autores britânicos seus contemporâneos sobre Portugal ou sobre a Península Ibérica e os desvalorizava. Já o fizera quando descartara a importância das obras de Price

e de Jackson sobre a presença muçulmana na Península ou quando criticara as traduções da poesia de Camões que Lord Strangford preparara.² Southey pretendia ver reconhecida a sua autoridade no domínio dos assuntos portugueses e ibéricos no Reino Unido e não deixava de criticar ou de apoucar os que se aventuravam no território em que ele pretendia governar como monarca supremo. Ainda assim, seguindo as regras da cortesia e do protocolo literário, com uma sinceridade duvidosa, o historiador inglês termina a sua recensão a *Memoirs of the Life and Writings of Luis de Camoens* com um elogio a esta obra: “we must refer the reader to Mr. Adamson’s elaborate performance. A work highly creditable to himself, and of which the Portuguese have shown their approbation, by electing him an honorary member of their Royal Academy” (Southey, 1822, p. 39). Com estas palavras conclui uma análise crítica em que se detivera, sobretudo, a apontar lacunas, incorreções e erros de julgamento.

A fim de fundamentar as suas críticas, Southey procede à colação da informação e das ilações avançadas pelo autor de *Memoirs of the Life and Writings of Luis de Camoens* com dados dos biógrafos e editores portugueses da obra de Camões, como Faria e Sousa ou D. José Maria de Sousa. É o que sucede quando rebate a tese de Adamson de que o cargo de provedor dos defuntos, que o autor d’*Os Lusíadas* exerceu no Oriente, não seria digno de um poeta e soldado. Southey nega a ideia com base em autoridades portuguesas.³

De facto, o recenseador adota ostensivamente uma posição de autoridade e altivez na avaliação de *Memoirs of the Life and Writings of Luis de Camoens*. Considerando que domina com mais profundidade do que Adamson o assunto tratado, assume não apenas a posição e a atitude de juiz, que é próprio desse género periodístico,

² Na carta que dirige a John May, a 26 julho de 1805, Southey (2013, carta 1087) escreve: “I have been somewhat sorry that I did not enlarge upon the vicious colouring & character of Lord Strangfords mock translations, as nothing can be so mischievous as that kind of writing which is just not indecent, – which exhibits a profligacy of morals, thro a transparent veil of good manners.”

³ “From thence he [Camões] removed to Macao, where he was appointed Provedor dos defuntos, commissary for the effects of the deceased. Such a situation, Mr. Adamson observes, could be little consonant to the ideas of a poet or a soldier; but it was a situation of honour, of trust, and of emolument, and it left him abundant leisure for poetical pursuits. Faria e Sousa fancies that he was indebted for this appointment to Barreto, who may, possibly, have been less his enemy than his friend. D. Joze Maria de Sousa thinks it was given him by the next viceroy, D. Constantino de Braganza, who is known to have been his friend”. (Southey, 1822, p. 6-7)

mas também o tom de superioridade de mestre, que examina e avalia o trabalho do aluno. Southey pretende, assim, demonstrar que a sua *auctoritas* é superior à do próprio *auctor* do livro examinado. Tal sucede quando, na secção inicial do artigo, esboça uma breve biografia do vate português, interrompendo estrategicamente a narração nos momentos em que necessita de rebater a informação ou as conclusões avançadas por Adamson que considera incorretas. Aliás, no empenho de atestar que era grande conhecedor da vida e da poesia de Camões, Southey desafia mesmo as teorias dos camonistas Faria e Sousa e de José Maria de Sousa. Deste modo, recusa a hipótese dos dois editores de que as redondilhas “Sôbolos rios que vão” tenham sido escritas após o naufrágio do poeta na foz do rio Mecom. Segundo o recenseador inglês, o poema não poderia ter sido composto após o desastre naval, tendo em conta que a esse infortúnio não faz nenhuma referência. A tese é muito frágil e é sustentada de modo ingénuo. Outro argumento usado para corroborar a sua ideia – argumento risível nos dias de hoje – assenta no facto de o sujeito poético, aqui identificado com o próprio Camões, se referir ao sudeste asiático, onde se encontrava, como Babilónia, quando noutro lugar confessou ter sido bem tratado pelos nativos que o acolheram após o naufrágio.⁴

Por outro lado, porque o artigo serve como um púlpito das ideias de Southey sobre a obra do vate português e sobre outros autores a este associados, ganha mais peso a ideia de o considerar uma peça importante da sua *História da Literatura Portuguesa*, que constituiria uma parte da sua nunca terminada *History of Portugal*. Isso porque, ainda que condicionado pelo formato da recensão, o texto resulta num estudo literário da produção camoniana e de diferentes aspectos da sua recepção: edições, biografias,

⁴ “[After the shipwreck Camoens] was cast upon a friendly shore, and kindly treated there, till an opportunity offered of proceeding to Goa. During this interval, his biographers and editors agree in saying that he wrote what are called his marvellous and inimitable Redondilhas. It is surprizing and mortifying to perceive, with how little reflection statements in biography (and, indeed, in far more important cases than this) are made and repeated. [...] There is not the slightest allusion to his shipwreck, or the loss of fortune: and was this possible, if the poem had been written at the date assigned to it? [...] He compares the place in which he writes, repeatedly, to Babylon. Is this the language of a man cast by shipwreck among a hospitable people, whose kindness, be it observed, he distinctly acknowledges? But, what is perfectly conclusive, he speaks of himself as then in banishment. The Redondilhas, therefore, cannot have been written at the time assigned. From this internal evidence, we should rather conclude, that they were composed at Ceuta than in India, if they did not breathe a deeper conviction of the vanity of human wishes than is consistent with youth and hope” (Southey, 1822, p. 8)

traduções e réplicas literárias. O artigo ganha também grande interesse quando se debruça sobre as figuras e as obras do camonista Manuel de Faria e Sousa, bem como sobre a produção de Agostinho de Macedo. Mas o maior interesse do texto centra-se na análise crítica que o recenseador dedica a *Os Lusíadas*.

Southey, crítico d'*Os Lusíadas*

O exame d'*Os Lusíadas* empreendido por Southey constitui a secção mais interessante do artigo publicado em 1822 em *The Quarterly Review*. Aos olhos do autor inglês, a epopeia de Camões perde a aura sagrada que, tradicionalmente, os portugueses lhe atribuem e que, segundo crê, impede muitos de a avaliar de um modo crítico e desapassionado. Isso apesar de, no seu ensaio sobre História Literária Portuguesa, que Southey dera à estampa, em 1809, também nas páginas de *The Quarterly Review* (Southey, 1809), ter enaltecido o valor de Camões como poeta. Tal pode explicar-se pelo facto de, neste texto, o historiador pretender apresentar ao leitor britânico o cânone da Literatura Portuguesa e de a sua voz se associar à perspetiva dominante dos literatos portugueses, que consagraram o vate como o “Príncipe dos Poetas” lusitanos. Uma condensada História da Literatura Portuguesa, comprimida nas páginas de um artigo de revista literária, não seria o lugar ideal para questionar e defender uma posição divergente sobre matéria tão sensível. Num estudo crítico de maior fôlego e centrado em Camões, o terreno revela-se mais amplo para rebater ideias-feitas e fundamentar posições pessoais.

Provavelmente por falta de informação, Southey afirma, incorrendo em erro, que o poema *Os Lusíadas* foi admirado por todos os portugueses e recebeu um aplauso “em unísono” de todos os homens de letras do reino, os quais – com uma única exceção – o viam como uma epopeia irrepreensível e de elevadíssimo valor literário.⁵ A exceção que

⁵ “He had struck the chord to which every heart in Portugal was in unison; the Portuguese were enamoured of the subject [i.e., *Os Lusíadas*]; they felt the beauty of the execution though they were blind to the enormous

Southey identifica é a voz demolidora de Agostinho de Macedo, que levou ao prelo, em 1820, a sua *Censura das Lusíadas* (sic). Desse modo, o historiador inglês ignorava, ou parecia ignorar, a recepção que a obra de Camões tivera durante o Iluminismo e a apreciação feita por autores neoclássicos portugueses, como Luís António Verney, Garcês Ferreira, Francisco José Freire (Cândido Lusitano) ou Pina e Melo, que expressaram várias críticas à epopeia.⁶ Verney revelou-se um crítico contundente e, na Carta VII do seu *Verdadeiro Método de Estudar*, desferiu ataques a aspectos como a falta de verosimilhança e de decoro ou mesmo de harmonia do poema. Ora, sabemos pela carta escrita ao tio Herbert Hill, a 2 de maio de 1809 (Southey, 2013, carta 1624), que Southey conhecia Verney e a sua *magnum opus*. No entanto, mesmo tendo lido *O Verdadeiro Método de Estudar*, não faz referência, no artigo de 1822, às estocadas firmes com que Verney atingira *Os Lusíadas*. Aceitemos que se tenha tratado de um lapso de memória e que o Southey tenha olvidado o texto de Verney, que lera uns anos antes.

Por outro lado, já em 1821, ano anterior ao da publicação da recensão de *The Quarterly Review* em apreço, D. Francisco Alexandre Lobo fizera sair no tomo VII das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa* um estudo intitulado “Memória Histórica e Crítica acerca de Luís de Camões e das suas Obras” (Lobo, 1821). Nele apresentava reparos a *Os Lusíadas* assentes em ditames de índole neoclássica. Southey conhecia bem os trabalhos da agremiação lisboeta, sabemo-lo pela sua correspondência e pela carta de 27 de setembro de 1820, a Herbert Hill, onde afirmava aguardar a publicação de um texto de um académico português sobre Camões (Southey, 2017, carta 3533). Ora, é possível que o ensaio de Lobo, que é coevo do autor inglês, não lhe tivesse ainda chegado à mão e o crítico inglês não o tivesse lido no período em que escreve a recensão crítica à obra de Adamson. De facto, o opúsculo não é referido no catálogo que elenca os livros da biblioteca de Southey que foram a leilão em 1844 (“Catalogue...”, 1844) após a sua morte. Certo é que o autor inglês não menciona o estudo de Lobo no artigo e parece ignorar o seu conteúdo.

faults of the design, and they persuaded not only themselves, but the rest of Europe also, that they possessed a great epic poem” (Southey, 1822, p. 20)

⁶ Ver: “*Os Lusíadas* and its Neoclassical critics”, de Robert Clive Willis (1972) e “A recepção de Camões no Neoclassicismo Português”, de Aníbal Pinto Castro (1985).

Com tal elenco de referências, pretendo dar conta do erro cometido por Southey quando via nos reparos de Agostinho de Macedo a *Os Lusíadas* uma posição isolada no panorama da crítica literária portuguesa.⁷ Segundo o recenseador inglês, fora este o único letrado português que ousara questionar a “perfeição” dessa epopeia. Trata-se, pois, de um erro leviano, assente na falta de conhecimento ou de pesquisa, estranho num erudito e grande conhecedor da produção literária e crítica portuguesa. É certo que Southey cria que não encontraria na Grã-Bretanha contraditório que refutasse as suas palavras, como não encontrou. Contudo, como mediador cultural, passa aos leitores britânicos uma falsa ideia sobre a recepção da obra camoniana em Portugal.

Verdade, porém, era o facto de Agostinho de Macedo questionar enfaticamente os supostos méritos d'*Os Lusíadas*. A avaliação que o árcade faz da epopeia é filtrada pelos princípios teóricos da literatura neoclássica e inscreve-se, portanto, na linha de outras posições críticas avançadas por autores setecentistas. Ainda assim, o padre miguelista distingue-se dos demais críticos pelo radicalismo que assume na condenação d'*Os Lusíadas*, na qual, segundo as palavras do próprio, “o bom era bom porque vinha copiado dos outros, e o mau era mau, porque era trabalhado sem modelo” (Macedo, 1814, p. 89). Sublinhe-se que as censuras decorrem, em parte, do facto de Macedo ver em Camões um autor com quem mantém uma relação agónica – isto é, uma relação de competição, de tensão – em contornos que recordam a angústia da influência, como Harold Bloom (1997) a configurou. Seguindo este modelo, o autor quinhentista representa o “poeta forte”, com quem o árcade compete, sentindo uma forte influência, da qual se quer soltar. A escrita d'*O Oriente* e das análises críticas a *Os Lusíadas* seriam, então, vistas como um gesto edipiano, em que Macedo sente a necessidade de emular, de “matar”, o seu “pai literário”, que agrilhoa a sua criatividade ou ofusca a sua importância (cf. Bloom, 1997). E, contudo, não deixa de ser curioso que Macedo (*alias*, Elmiro Tagideu) pertenceu à Nova Arcádia, agremiação cujos membros pugnaram pela

⁷ “In the only severe criticism which any Portugeeze has ventured to publish upon the *Lusiad*, this fiction of the floating island is said to have been imitated from Fracastorius. ‘My indefatigable reading’ says the critic, ‘in those poets who appeared at the restoration of letters, has led me to discover the true and only source of this celebrated episode’” (Southey, 1822, p. 24)

valorização da figura e da poesia de Camões.⁸ Ora, o autor de *O Oriente* não professou tal crença nem sacrificou a essa divindade.

É provavelmente porque a condenação de Macedo se revela tão perentória e cortante que Southey aprecia a audácia da atitude do árcade e a perspicácia dos seus comentários, embora mantenha algumas reservas num ou noutro ponto dos reparos que aquele formulou. Simultaneamente, Southey terá dado credibilidade às censuras do poeta português também por estas estarem assentes numa grande erudição: os argumentos de Macedo que identificam os modelos que Camões teria usado apoiam-se num vastíssimo conhecimento da literatura europeia antiga e moderna. Certo é que o recenseador inglês, que queria estar na linha da frente na denúncia das (pretensas) imperfeições d'*Os Lusíadas*, não se acanhou em alinhar na crítica mordaz à epopeia camoniana. Anteriormente, no prefácio do seu “poema épico” *Joan of Arc*, Southey tinha já mostrado falta de entusiasmo pela obra, quando afirmara: “*The Lusiad, though excellent in parts, is uninteresting as a whole: it is read without interest, and remembered without pleasure*” (Southey, 1796a, p. vii).

Antes de escrever o artigo de *The Quarterly Review* de 1822, que aqui se examina, Southey deixara já registada, ainda que de forma sucinta, a opinião que formara sobre a epopeia camoniana, tanto na sua correspondência como em breves artigos publicados em *The Monthly Review*. Aí já sublinhara que *Os Lusíadas* são um poema sobrevalorizado pelos portugueses, que deve merecer um olhar desapassionado, que o dessacralize e permita uma avaliação enquanto texto literário, não como mito cultural. E um olhar de fora da cultura portuguesa, vindo de um literato de outro país, traria o desapego e a distanciação necessários para uma crítica justa e não contaminada por ideias pré-concebidas ou por fervorosos sentimentos patrióticos.

Nos breves artigos da *The Monthly Review*, escritos na juventude do poeta, em 1796 e 1797, durante e/ou após a sua passagem por Portugal, Southey detivera-se, sobretudo, na análise da tradução que William J. Mickle fizera d'*Os Lusíadas*, em que,

⁸ Segundo Aníbal Pinto Castro (1986, p. 116), “O movimento de valorização da nossa poesia quinhentista desencadeado pelos Arcades, fazendo dela contraponto à perspectiva desfavorável com que viam o Barroco, manteve, apesar da polémica, a vitalidade da obra de Camões no campo dos interesses dos nossos homens de letras no final de Setecentos, e favoreceu um notabilíssimo progresso da crítica literária entre nós”

na sua opinião, ao preparar uma versão que se afastava do texto original, o tradutor escocês o tornou mais belo e o enriqueceu literariamente. O exame da obra de Camões é fugazmente chamado à boca de cena. No entanto, quando o faz é já para denunciar as falhas de construção do poema e a alegada falta de gosto. Southey critica, então, os episódios do gigante Adamastor e da intervenção de Vénus no canto II, mas também o relato da morte de Inês de Castro.⁹ Em carta enviada cerca de quatro anos depois, a 28 de março de 1801, ao seu amigo Charles Danvers, defenderá que o episódio que trata a morte da fidalga galega revela o gosto “duvidoso” (“*false taste*”) do poeta português.¹⁰ Para Southey, este não tem, sobretudo como autor épico, a qualidade que muitos lhe atribuem: “*Camoens must not be lifted up so high, neither must Homer, and Virgil, and Milton, be degraded into such company*” (Southey, 1796b, p. 787).¹¹

Por outro lado, ficamos a saber, pela carta enviada a Charles Watkin Williams a 23 de abril de 1796, que o crítico inglês admira a beleza dos sonetos de Camões, os quais, a seu ver, têm uma qualidade superior à d’*Os Lusíadas*, poema ao qual falta “sentimento”, falta alma: “*the Poetry of Spain & Portugal wants taste, & generally, feeling. I should have thought Camoens deficient in feelings if I had only read his Lusiad — but the Sonnets of Camoens are very beautiful*”¹² (Southey, 2009, carta 151). De facto, transparece no excerto

⁹ Southey crê que o episódio de Inês não está bem construído e dá como exemplo a inverosimilhança do discurso altamente retórico e ponderado que esta profere diante de Afonso IV quando, de facto, deveria estar em grande tensão interior e aterrorizada por saber que o monarca pretendia executá-la: “*In the speech of Inez de Castro, he says, ‘the beautiful victim expresses the strong emotions of genuine nature;’ now it is absurd to represent a woman agitated with such agonizing terror as Inez, making a long speech: the poet, as well as the painter, should know where to draw the veil. It is the story only that has made this part of Camoens popular; when the reader pictures to himself the situation of Inez, he does not attend to the nonsense she talks about Romulus and Remus, the burning plains of Lybia, and the snow-clad rocks of Scythia’s frozen shore*” (Southey, 1797, p. 99).

¹⁰ “*The Fountain of Tears was far the most heart-interesting object in this vicinity. it is the spot where Ignês de Castro was accustomed to meet her husband Pedro, & weep for him in his absence. certainly her dwelling-house was in the adjoining garden & from thence she was dragged to be murdered at the feet of the King her father in law. there is a famous passage in Camoens upon this subject. it is very bad & therefore very much admired by all poetry-dabblers, being a complete specimen of false taste. but bad poetry does not affect the fact – & the loves of Inês & Pedro are historically interesting*” (Southey, 2009, carta 573).

¹¹ Pelas mesmas razões, o recenseador considera que deve haver moderação nos títulos que escolhemos para Camões: “*The ‘prince of the poets of Spain’ cannot rank highly as an epic writer; but the faults of Camoens will be excused when we remember that his poems were written in difficulties, and dangers, and affliction, like our own Spencer*” (Southey, 1797, p. 787).

¹² Não é apenas a epopeia de Camões que fica aquém das expectativas do futuro Poeta Laureado, que, na primeira edição de *Letters Written during a Short Residence in Spain and Portugal*, de 1797, estende a outras obras portuguesas deste género literário um julgamento que não as lisonjeia: “*I will venture to assert that*

citado o pouco apreço que o (então) jovem poeta tem pela Literatura Portuguesa e pela Espanhola, ainda que, para este, a última revele virtudes que faltam à primeira. Assim, na pobreza das letras lusas, é Camões que se destaca, aparentemente não tanto por mérito próprio, mas por demérito dos demais autores da sua pátria:

The Spanish poets please me better than the Portugeze; they possess more dignity, and they are not infected by that national vanity which characterises their neighbours, and which, though it may be very patriotic, is very ridiculous. Camoens, indeed, is as much superiour [sic] to his countrymen as he is below his Italian competitors! (Southey, 1797, p. 373).

Alguns anos mais tarde, em 1809, no artigo de *História da Literatura Portuguesa* publicado em *The Quarterly Review* a que fiz referência, Southey caracteriza o estro de Camões em termos elogiosos. Apesar de muito sucinta e não fundamentada, a avaliação abarcará toda a produção camoniana e não só a épica. Não podemos afirmar que este julgamento seja consideravelmente diferente do que havia proferido em apreciações anteriores, visto que o autor valorizara já a poesia lírica e o estilo de Camões, mas não *Os Lusíadas*. Sobre o estilo do poeta, Southey escreve nesse mesmo ensaio: “*That improvement of poetical language which in our country has with equal ignorance and absurdity been ascribed to Waller and to Pope, Camoens effected in Portuguese, nothing before him was so good, nothing after him has been better*” (Southey, 1809, p. 274). O reconhecimento das qualidades do épico português no modo como usa a linguagem será retomada na recensão dedicada ao estudo de Adamson.

Contudo, no artigo de 1822, as censuras são mais sustentadas e aprofundadas. A afoiteza que agora revela parece seguir o trilho do julgamento demolidor que, em 1814, José Agostinho de Macedo tinha pronunciado no texto prefacial ao seu poema *O Oriente*. O crítico inglês segue no encalço do prefácio de Macedo quando recorre também a categorias do Neoclassicismo que tinham sido usadas como filtro da análise da epopeia de Camões. Enquanto leitor d’*Os Lusíadas*, Southey, autor romântico, parece suspender os princípios e os valores que constituem as traves-mestras do Romantismo, como os conceitos de imaginação e fantasia, a sensibilidade romântica, a valorização do carácter

there is more genius in one of our old metrical Romances than can be found in all the Epic Poems of Portugal, not excepting Camoens” (Southey, 1797, p. 482). A frase não constará na terceira edição da obra de 1808.

orgânico de uma obra de arte, a noção de hibridismo, entre outros. Curiosamente, foi a partir dessas categorias que os autores românticos portugueses viram génio em Camões e admiraram *Os Lusíadas* (cf. Monteiro, 2012). No entanto, o exame que Southey faz da epopeia, filtrado por categorias usadas pela escola neoclássica, condiciona, de modo enviesado, o seu olhar sobre a obra e a seleção dos aspectos em que decide incidir.¹³

Assim, o recenseador convoca princípios como a coerência de género, a “conveniência” e o decoro, a contenção, o gosto (o bom gosto), a verosimilhança, a imitação e a racionalidade (cf. Malato, 2002) para expor o que crê serem falhas na construção d’*Os Lusíadas*. Não há momento algum em se que faça alusão direta às teorias literárias e aos princípios da estética neoclássica de que se socorre no seu texto. É, pois, implícita e silenciosamente que os mobiliza e os traz para o terreno a fim de tecer comentários sobre a matéria cantada na epopeia, a presença das divindades mitológicas no enredo ou a conceção e o significado da Ilha dos Amores.

A primeira crítica de Southey a *Os Lusíadas* prende-se com a natureza do género da composição, a epopeia, e com as regras e os limites desta forma literária. Recorde-se que, numa tradição que se inicia ainda na Antiguidade Clássica, com Aristóteles, Horácio e Diomedes, entre outros, cada forma literária obedece a preceitos de construção próprios, que determinam aspectos como o estilo, o tom ou mesmo o tipo de personagens que participam no enredo, preceitos esses que são retomados nas poéticas neoclássicas – (cf. Silva, 1991, p. 340-351; Wimsatt; Brooks, 1980).

Southey recupera as regras da coerência de género no momento de avaliar *Os Lusíadas*. Na sua perspetiva, o acontecimento central da narração – a descoberta do caminho marítimo para a Índia – é demasiado grandioso e “importante” para ser tratado num poema épico, que o não consegue abarcar em toda a sua plenitude e acaba por produzir uma representação que fica aquém da grandeza da realidade: “*As there are some themes too sacred for fiction, so are there others too important, and to which all that invention can add must necessarily be less interesting than the reality.*” (Southey, 1822, p.

¹³ De facto, como antes sublinhei, Southey tinha já valorizado a prática literária e os princípios neoclássicos no seu ensaio de 1809 sobre literatura portuguesa, elogiando o facto de os autores deste movimento estético defenderem a pureza da língua e a coerência das obras.

20). Ou seja, segundo esta avaliação, o pedido de Camões às Tágides representado pelos versos “Dai-me igual canto aos feitos da famosa / Gente vossa” (Camões, 2000 [1572], I, 5) não foi satisfeito porque o “canto” não celebrou os “feitos” à altura que estes exigiam. O reparo de Southey merece, a meu ver, um contraditório: não conheço apreciações do literato inglês sobre a Guerra de Troia, mas não creio que, apesar de ficcional, se trate de um acontecimento menos importante e menos monumental – com milhares de guerreiros a combater durante dez anos junto aos muros colossais da cidade inexpugnável – do que a viagem de cerca de dois anos que levou as naus de Gama à Índia. E, contudo, seria impensável acusar Homero de ter tratado um acontecimento excessivamente grandioso numa epopeia. Southey remata o ataque advogando que o feito histórico dos portugueses podia ser glosado com propriedade num poema lírico, mas não tratado epicamente. Ora, se o tivesse feito, a celebração das proezas marítimas teria tido uma abordagem e um alcance diferentes.

Essa crítica de Southey é associada a uma outra que parece ser digna de maior justeza: a viagem de Vasco da Gama, por si só, não se reveste de acontecimentos que sustentem nos vários momentos da ação a elevação e o carácter heroico exigidos a uma epopeia – e aí a *Iliada* preenche os requisitos de uma forma que *Os Lusíadas* não preenche. Episódios há em que a grandeza épica e o espírito épico se perdem: exemplo disso são os dias passados no mar em que apenas se espera a chegada à Índia ou, mais claramente ainda, as chantagens e as negociações de Gama com o Catual. Por esse motivo, segundo Southey, o relato da navegação até à Índia tem de ser complementado pela narrativa de acontecimentos heroicos ou pungentes da História de Portugal.¹⁴ Esta estratégia serve aos propósitos patrióticos de recordar os grandes feitos do passado da nação e contribui para manter a elevação épica do enredo do poema. Podia também defender-se que, para o mesmo fim, contribuem alguns episódios da própria viagem de Gama, em que os marinheiros revelam a sua fibra heroica e em que intervêm divindades

¹⁴ “Camoens, while he felt the historical importance of his subject, perceived also how barren it was in events of epic interest. But he knew that to a people so proud as his countrymen of their conquests and of their own heroic annals, the interest of national feeling would be paramount to all others: he proposed therefore in his exordium to interweave the history of his country, and in fact a full half of the *Lusiad* is so employed, either in the form of narration, or of prophecy, or digression, while the action of the poem stands still” (Southey, 1822, p. 20).

pagãs – penso em episódios como o do Adamastor, o da tempestade ou ainda o da Ilha dos Amores. Nesses casos, o feito realizado, a grandeza dos navegadores (os novos argonautas) e a adequação do tom e do estilo usados para celebrar o momento cumpriam os preceitos do género épico, como Aristóteles e outros teóricos os definiram. É por esse paradigma clássico e neoclássico da teoria dos géneros que *Os Lusíadas* são, nesse ponto, julgados por Southey.

Por outro lado, a presença das divindades pagãs no poema sublinha a sua filiação na tradição das epopeias clássicas (e na literatura renascentista). No entanto, para Southey, são precisamente os episódios em que o maravilhoso pagão intervém nos acontecimentos históricos que, com o intuito de conferir elevação ao enredo, ferem as regras da coerência e da verosimilhança e comprometem a arquitetura da obra: “*To relieve the simplicity of the story, a preposterous mythology is introduced, which is as grossly managed as it is ill-conceived*” (Southey, 1822, p. 20-21). Ora, neste entendimento mais rígido das regras, a “verdade histórica” não deveria misturar-se com a ficção da ordem do maravilhoso, o que sucede quando as divindades romanas intervêm nas ações dos humanos e com eles interagem.¹⁵ Ainda que Southey não evoque o princípio da verosimilhança, nem se refira a Boileau – e à sua máxima “*Rien n’est plus beau que le vrai*” (Boileau, 1872, p.319) –, são estes princípios clássicos e neoclássicos que, implicitamente, subjazem à crítica. É curioso que o poeta romântico, que cultivou a imaginação criativa e a fantasia – na aceção em que Coleridge as definiu – em poemas seus como “Thalaba”, “the Destroyer” e “Madoc”, suspenda a crença nesses valores estéticos do Romantismo, enquanto crítico literário, para se munir dos preceitos inquebrantáveis de matriz (neo)clássica. Nesta linha, Southey denuncia a presença da mitologia latina num poema que versa um acontecimento histórico e que traz para o mesmo espaço, colocando em interação Gama e Vénus (no final do canto I e início do II), Baco e o Samorim ou ainda os marinheiros e as ninfas da Ilha dos Amores. E mesmo a explicação de que a presença das divindades pagãs está ao serviço de uma alegoria serve apenas para Southey desferir

¹⁵ “*There is no incident in modern history more impressive than the voyage of Vasco da Gama; but to feel and comprehend it, it must be read with all its details in Castanheda or Barros, where it comes to us with the deep and abiding interest of truth. The slightest admixture of fiction debases it like an alloy*” (Southey, 1822, p. 20, grifo meu)

um golpe fulminante: a presença da mitologia no poema é despropositada, a ideia foi mal engendrada e acaba por ser mal executada – “*a preposterous mythology is introduced, which is as grossly managed as it is ill-conceived*” (Southey, 1822, p. 21). Para exemplificar o que considera mal concebido nesse ponto d’*Os Lusíadas*, o recenseador recorda as motivações alegadas por Vénus e por Baco para, respetivamente, ser favorável ou opor-se à viagem dos portugueses à Índia: para o crítico, tais razões apenas podem ser caracterizadas como pueris.¹⁶ De facto, seguindo o preceito da imitação dos teorizadores clássicos e neoclássicos, Camões deveria ter representado a realidade e os acontecimentos históricos de forma mimética – ou seja, imitando-os “como eles são” – e trazido para a cena apenas personagens humanas (históricas ou fictícias), de índole nobre, para representar os seus conflitos e as suas vivências.

Pela mesma ordem de ideias, os princípios da racionalidade e do bom senso não presidem ao episódio do Adamastor. Southey vê beleza e arte na primeira parte do excerto, quando o gigante explica que representa o Cabo das Tormentas e dá conta da tragédia que no mar e no sul da costa africana viriam a sofrer Bartolomeu Dias, Francisco de Almeida, a família Sepúlveda e outros portugueses que aí iriam naufragar. A história (verdadeira) do casal Sepúlveda e dos filhos e o *pathos* que suportam inscrevem-se, por direito próprio, numa epopeia. Por outro lado, Camões terá deitado tudo a perder na segunda parte do episódio. Aí, a imaginação desregrada conduz o poema para um relato (pseudo)autobiográfico do Adamastor, que falha catastroficamente na forma como a personagem expressa o seu amor por Tétis e ao conceber a metamorfose que se opera quando os membros inferiores do gigante se transformam em cabo rochoso.¹⁶ Se a influência veio de Ovídio, conclui Southey, na senda de Macedo, a execução é orquestrada de forma imperfeita e a escrita poética revela-se mal conseguida.

¹⁶ “*Venus and Bacchus contend before the throne of Jupiter for and against the Portuguese: the goddess, because she sees in the Portuguese so many qualities resembling those of her beloved Romans, and because their language appears to be Latin slightly corrupted; the god, because he is jealous that his own glory as conqueror of India should be eclipsed by their exploits. What can be more puerile?*” (Southey, 1822, p. 21, grifo meu)

¹⁶ “*But when Gama interrupts the spectre, demanding who he is, a tale follows which would only be tolerable in a school-boy’s imitation of Ovid: the Spirit of the Cape declares himself to be the Titan Adamastor, who, being in love with Thetis, was mocked by her as Ixion was by Juno, only that a mountain instead of a cloud was offered to his embraces, and he himself was metamorphosed into the Cape*” (SOUTHEY, 1822, p. 25).

Uma outra censura severa que o crítico inglês faz à liberdade criativa de Camões diz respeito à falta de decoro e de contenção do vate português em mais de um episódio d'*Os Lusíadas*. Aquele que merece a reprovação mais firme é o da Ilha dos Amores. Southey não vê virtuosismo algum na ideia de o grande feito dos marinheiros portugueses ser (pretensamente) glorificado num episódio impregnado de licenciosidade, de grosseria: “*The grossness is relieved at first by a mixture of satirical allegory; in other parts the execution is little less objectionable than the design*” (Southey, 1822, p. 22). No já referido prefácio a *Joan of Arc*, de 1796, Southey afirmara mesmo que o poeta português transformara uma ilha criada por Vénus num mero “bordel flutuante”: “*His floating island is but a floating brothel, and no beauty can make atonement for licentiousness*” (Southey, 1796a, p. vii). E não é o facto de todo o episódio de forte carga erótica se assumir como uma alegoria das recompensas e da divinização dos descobridores portugueses que mitiga a falta de decoro da ação aí encenada. À luz dessa crítica, os marinheiros estariam apenas a satisfazer os seus desejos carnavais e não a ascender a um plano divino. Uma boa ideia artística estilhaça-se se for concretizada sem arte e sem bom senso.

Um último aspecto que merece a condenação de Southey, na medida em que Camões volta a transgredir os preceitos da conveniência¹⁷ e do bom gosto, surge quando, no episódio do final do canto I e início do II, a armada de Gama é traída pelo falso piloto mouro. Para salvar os portugueses, Vénus e as Ninfas travam o avanço do navio em direção ao porto de Mombaça encostando, literalmente, os seus seios às proas das naus portuguesas:

Põe-se a Deusa com outras em direito
Da proa capitaina, e ali fechando
O caminho da barra, estão de jeito,
Que em vão assopra o vento, a vela inchando.
Põem no madeiro duro o brando peito,
Para detrás a forte nau forçando;
Outras em derredor levando-a estavam,
E da barra inimiga a desviavam.
(Camões, 2000 [1572], II, 2; grifo meu)

¹⁷ Sobre a aceção desta regra no Neoclassicismo, Aguiar e Silva (1991, p. 526) escreve: “As conveniências externas exigem que o autor respeite os costumes e os preceitos morais da sociedade em que se integra, que se abstenha de tratar assuntos escabrosos e cruéis”.

De facto, a palavra “peito” refere-se, nesse contexto, aos seios das divindades. Não é, portanto, usada na aceção que encontramos em “peito ilustre lusitano” (Camões, 2000 [1572], I, 2), aludindo à “alma portuguesa”, ao espírito de ser português. Para Southey, nenhuma beleza das palavras ou da versificação podia suavizar a falta de decoro da cena.

Um outro caso de falta de sentido estético e de racionalidade, mas de outra natureza, encontra-se, segundo o recenseador, no retrato da figura de Tritão, que participa no consílio dos deuses marinhos. A figura mitológica é caracterizada como um ser híbrido, meio homem, meio peixe. Camões acentua ainda mais a natureza compósita da personagem ao construí-la a partir de elementos marinhos: as suas barbas e os seus cabelos eram limos, o seu corpo está cravejado de bivalves e de outros pequenos animais do oceano e a cabeça enverga uma carapaça de lagosta: *“This personage has a long beard of sea-weeds powdered with muscles, who breed in it, and wears a large lobster-shell for a cap, and is covered with shrimps and crabs like vermin”* (Southey, 1822, p. 21). Para Southey, esse sincretismo de elementos tem pouco de artístico e muito de ridículo. Em rodapé, Southey acaba por citar o excerto d’*Os Lusíadas*, em português – (cf. Camões, 2000 [1572], VI, 16-18). Ora, a figura recorda um quadro de Arcimboldo e, para a compor, são convocados princípios estéticos das categorias do grotesco e do hibridismo, que não estavam de todo ausentes da arte renascentista, como não estarão, mais tarde, do Romantismo. Mas Southey não terá sido sensível a essa estética e vê como bizarros códigos estéticos que não seriam estranhos a Camões, cuja obra é marcada pela arte do Renascimento e do Maneirismo.

Em suma, romântico como poeta, neoclássico como crítico. Como artista, Southey cultiva a imaginação, a fantasia e liberdade estética. No entanto, quando avalia a epopeia de Camões, recorre a regras e a princípios estéticos menos dúcteis de orientação classicizante.

Traduções inglesas d’Os *Lusíadas*

Num artigo que apresenta uma súmula de aspectos da recepção da poesia camoniana, Southey encontra espaço para deixar uma apreciação das traduções d’Os *Lusíadas* para língua inglesa que até então tinham sido publicadas, assunto de que Adamson também trata na obra recenseada. Como noutros pontos do seu texto, o recenseur aceita o tópico glosado em *Memoirs of the Life and Writings of Luis de Camoens*, mas apaga as referências ao estudo de Adamson, como que sugerindo que trata o tema por iniciativa própria, tecendo considerações da sua lavra. Da mesma forma que sucedera noutros pontos do artigo, ficamos com a ideia de que Southey pretende que a sua voz eclipse o texto da obra que está a ser julgada.

Ao examinar a tradução d’Os *Lusíadas* preparada por Sir Richard Fanshaw (*The Lusiad*, 1655), o crítico comenta as opções do tradutor e aponta os problemas que deteta na versão inglesa do poema de Camões. Na perspetiva de Southey, o principal problema desta tradução é estrutural e a ferida radica no próprio espírito, na própria “personalidade” (“character”) do texto de chegada. Fanshaw não teria sido fiel à natureza da epopeia camoniana. Southey defende que o tradutor não manteve o tom e o estilo próprios de uma obra do género épico – “som alto e sublimado” e “estilo grandiloquo e corrente” – ao longo de todo o texto inglês: “[*The Lusiad*] was pitched in a wrong key” (Southey, 1822, p. 27). Para o crítico, terão escapado a Fanshaw as noções de grandiosidade e de elevação de estilo de uma epopeia, que nunca deve descer ao registo do quotidiano. A imprudência decorreria de uma falha de compreensão das regras do género e do modo solene de abordar a matéria tratada por Camões: a História de Portugal, onde se destacam os Descobrimentos Marítimos. O elenco de exemplos apresentado para ilustrar essa ideia segue no sentido de demonstrar que o tradutor apoucou o estilo e a elevação das palavras do poeta através do uso de uma linguagem corrente, onde não faltou o ocasional gracejo (“jest”), que, segundo Southey, Camões nunca usaria: “Camoens felt his subject too deeply ever to jest with it” (Southey, 1822, p. 27). Aparentemente, Southey não terá sido sensível aos momentos de humor engenhoso

do episódio de Fernão Veloso (V, 27-35) ou à célebre estância da chegada de Baco ao concílio dos deuses marítimos (VI, 14).¹⁸ Camões estava seguro de que o gracejo pontual não faria desmoronar o estilo elevado e solene dos seus versos.

Por outro lado, Southey não deixa de reconhecer que a linguagem de Fanshaw tem o sabor da época. E aí admite que esse aspecto não deve ser censurado, pois *The Lusiad* revela a clara noção de que uma tradução é marcada pelo gosto e pelos códigos literários e culturais do período histórico em que é produzida e que não há como não ser condicionado por eles. A opção de acomodar a tradução de um texto à cultura de chegada e ao público que o vai ler é uma estratégia que recebe a designação de “domesticação”, para usar o termo que o filósofo alemão Friedrich Schleiermacher cunhou e que Lawrence Venuti mais tarde trabalhou.¹⁹ Fanshaw terá compreendido que este era o modo de tornar a epopeia portuguesa mais próxima do leitor britânico para que este a pudesse compreender e apreciar.

A avaliação de Southey ao trabalho de Fanshaw é rematada com um elogio à fidelidade do tradutor no que respeita à preservação da estrutura formal (referindo-se ao uso de oitavas rimadas) e da organização global d’*Os Lusíadas*: “It [*The Lusiad*] has also the merit of great fidelity, rendering the original stanza by stanza. The English reader who desires to see the plan and character of the *Lusiad* must still have recourse to Fanshaw” (Southey, 1822, p. 27).

A segunda tradução d’*Os Lusíadas* para inglês teve como autor William Justus Mickle e recebeu o título *The Lusiad* (1776).²⁰ Southey enaltece o trabalho realizado pelo tradutor e as estratégias tradutológicas que este adotou. Mickle estudou e compreendeu a fundo o poema camoniano e, como poeta e erudito, teve destreza para, com arte, o traduzir para inglês. Além disso, fez acompanhar o poema com estudos e notas

¹⁸ Transcreve-se aqui a célebre estância: “Pouca tardança faz Lieu irado / Na vista destas cousas, mas entrando / Nos paços de Neptuno, que, avisado / Da vinda sua, o estava já aguardando, / Às portas o recebe, acompanhado / Das Ninfas, que se estão maravilhando / De ver que, cometendo tal caminho, / Entre no reino da água o Rei do vinho.” (Camões, 2000 [1572], VI, 14, grifo meu).

¹⁹ “Schleiermacher allowed the translator to choose between a domesticating method, an ethnocentric reduction of the foreign text to target-language cultural values, bringing the author back home, and a foreignizing method, an ethnodeviant pressure on those values to register the linguistic and cultural difference of the foreign text, sending the reader abroad” (Venuti, 1995, p. 20).

²⁰ Nos volumes III e IV da *The Monthly Review*, Southey dedica um ensaio à tradução de Mickle.

concebidas com saber, que o explicavam ou mostravam os seus méritos. Sem que o fundamente ou ateste, Southey defende que Mickle não terá nutrido uma grande admiração pela epopeia de Camões, mas acreditou que podia torná-la mais admirável quando a vertesse para inglês.²¹ Para tal, teria de se conceder a liberdade necessária para introduzir, na tradução, as alterações que o texto original exigia. E assim o fez.

Southey centra a sua análise nas liberdades que Mickle tomou ao traduzir os versos de Camões e aplaude a iniciativa, não apenas porque crê que o texto de partida revelava debilidades que pediam correção, como também porque algumas soluções encontradas – não todas – foram bem sucedidas. Nos aspectos formais da composição, Mickle prescindiu do modelo das oitavas camonianas, escolhendo uma estrutura estrófica sem um padrão regular, quanto à extensão, e em que os versos rimavam a par. Southey nota que a rima emparelhada é uma acomodação dos códigos da cultura de chegada, uma vez que se enquadram na tradição poética inglesa do *English couplet*, poemas em que os versos rimam a par.

Contudo, maior liberdade de atuação reivindicou Mickle quando decidiu corrigir, alterar ou embelezar o texto de partida sempre que considerou pertinente¹, crendo que apenas assim podia apresentar a grandeza do poema ao público britânico e, deste modo, cumprir as ambições que Camões fixara para esta sua obra:

The difficulty was how to make the poem support the inordinate pretensions with which it was brought forward; and for this Mickle trusted to his own skill in altering and enriching it, taking out a warrant for this, in one of his preliminary dissertations, but in cautious terms (Southey, 1822, p. 29).²³

Os Lusíadas encontrariam assim, na língua inglesa, o acabamento e o esplendor que, devido às suas imperfeições, não tinham encontrado no texto português de Camões. Além disso, havia que preparar a epopeia para ser aceite na cultura de chegada. Errado seria, de acordo com Mickle, traduzir literalmente as palavras do poeta português e não

²¹ “There can be no doubt that he was actuated in his choice by the advantages which this consideration appeared to promise, rather than by any real admiration of the poem: — he took that, as an advocate takes a sorry cause, and determined to make the best of it” (Southey, 1822, p. 30).

¹ “Some things he kept out of sight, others he softened, others he elevated, and enriched” (Southey, 1822, p. 29).

²³ Sobre este assunto, Southey acrescenta: “the translator therefore was entitled to come forward with high pretensions on the part of his author” (Southey, 1822, p. 29).

trazer para o inglês o espírito da obra. Esta era a maneira de o poema viver e poder ser apreciado pelos leitores britânicos. Tal significa que, como sucedeu com a tradução de Fanshaw, também esta se rege pelo propósito de domesticação da obra ao contexto cultural de chegada.

Southey aceita também outra liberdade de tradução em que Mickle incorre para valorizar o poema e elevá-lo a proporções épicas. Seguindo esta linha de raciocínio, o poeta escocês introduz no texto traduzido alterações nos episódios e nos acontecimentos da narrativa para limar algumas das suas imperfeições. É o que sucede quando evita que seja Gama a enunciar a história de vida de Adamastor, que o tradutor adjectiva de “pueril”, e atribui o relato ao rei de Melinde, que o dá como uma história tradicional da região sul do continente africano. Com essa estratégia, transforma uma narrativa do foro da mitologia greco-latina numa historieta tradicional africana que decorre das credences locais. Seria essa uma forma de manter a nobreza da obra.

Numa outra inovação do tradutor, Mickle sonega (isto é, omite, não traduz) as estâncias dos cantos oitavo e nono em que Gama faz reféns alguns nativos da região após um braço de ferro que mantém com o Samorim. Esses episódios menos dignos e menos nobres, que não se enquadravam no espírito de uma epopeia, são substituídos por um episódio guerreiro integralmente criado pelo próprio Mickle – aqui, verdadeiramente, um *traduttore-traditore* –, em que o comandante da armada portuguesa destrói uma frota do Malabar, que os atacara, e remata a sua demonstração de força bombardeando a cidade do Samorim, como se as embarcações de Gama fossem os bem armados vasos de guerra ingleses da segunda metade do século XVIII. O recenseador aponta o anacronismo gritante e acrescenta que Camões jamais incorreria em tal erro.

Como na época de Mickle não haveria muitos britânicos com os conhecimentos linguísticos e literários para avaliar a tradução de uma epopeia portuguesa para inglês, as liberdades do tradutor não foram identificadas e não ficaram visíveis. Os portugueses celebraram o trabalho do poeta escocês, que cumpria o ditame camoniano “Cantando espalharei por toda a parte”, e cobriram-no de honrarias quando este veio a Lisboa. Só mais tarde, quando descobriram as infidelidades de Mickle, se indignaram.

Por fim, Southey reconhece que o tradutor teve a noção de que, enquanto epopeia da era moderna, a obra de Camões tratava das fundações de um império e não apenas da viagem heroica de Vasco da Gama e da história vitoriosa do povo português. É irrefutável que *Os Lusíadas* apresentam o dealbar e as fundações do Império Português no Oriente, um império que passará mais tarde para mãos inglesas: “*that empire had passed into our hands; a British interest therefore might be excited by the translation*” (Southey, 1822, p. 29). Por esse motivo, Mickle recomendou aos responsáveis da East India Company que lessem e estudassem o poema de Camões.

Considerações finais

Southey foi um importantíssimo mediador cultural e a ele se deve um relevante trabalho na divulgação da Literatura Portuguesa no Reino Unido. O poeta e crítico inglês deixou o seu contributo na recepção da obra de Camões no sistema literário britânico do período romântico e entre os leitores da sua pátria. A extensa obra de John Adamson sobre o poeta português, *Memoirs of the Life and Writings of Luis de Camoens*, é um trabalho de maior profundidade sobre o tema, mas a recensão crítica que Southey escreve sobre o livro entra em competição com este estudo. Certo é que, na época, o artigo de Southey terá chegado a um elevado número de leitores, tendo em conta o facto de ter sido publicado em *The Quarterly Review*, um periódico de grande tiragem e amplamente lido pelo público culto da época. Ainda que o texto tenha saído anónimo, como sucedia nesta e noutras “revistas literárias” (*literary magazines*) da época, o tema e a abordagem não deixavam dúvidas de que o autor da peça era o Poeta Laureado, articulista regular do periódico e grande especialista em temas portugueses. E a sua reputação fazia com que a sua voz fosse ouvida quando o autor se pronunciava sobre questões culturais e políticas.

É interessante constatar que o contributo de Southey para a recepção de Camões na Grã-Bretanha romântica é filtrada por olhares críticos e valores estéticos alheios.

Como demonstrei, a análise d'*Os Lusíadas* empreendida pelo autor inglês é influenciada pela leitura dos textos críticos de José Agostinho de Macedo, que parece servir-lhe de bússola no gosto e na fundamentação, tendo em conta que a apreciação da epopeia camoniana é feita recorrendo a critérios rígidos do Neoclassicismo. Não se conhecem reações britânicas ao artigo de Southey de 1822, mas seria curioso saber como os compatriotas do Poeta Laureado, um público de gosto romântico, leram essas páginas.

Referências

- ADAMSON, John. **Memoirs of the Life and Writings of Luis de Camoens**. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, 1820. 2 v.
- BLOOM, Harold. **The Anxiety of Influence: A Theory of Poetry**. Oxford: Oxford University Press, 1997 [1973].
- BOILEAU, Nicolas. **Épîtres**. Paris: Imprimerie générale, (p. 309-315). 1872 [1675], p. 309.
- BUTLER, Marilyn. Culture's Medium: The Role of the Review. In: CURRAN, Stuart (ed.), **The Cambridge Companion to British Romanticism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 120-147.
- CABRAL, ADOLFO LEÃO. **Southey e Portugal, 1744-1801**: Aspectos de uma biografia literária. Lisboa: P. Fernandes, 1959.
- CAMÕES, Luís de. **Os Lusíadas**. Prefácio e notas de A. J. da Costa Pimpão, 4. ed. Lisboa: MNE – Instituto Camões, 2000 [1572].
- CASTRO, Aníbal Pinto. A Recepção de Camões no Neoclassicismo Português. In: III Reunião Internacional de Camonistas – 10-13 Novembro de 1980, Coimbra. **Atas [...]**. Coimbra: UC, 1985. p. 99-118.
- Catalogue of the Spanish and Portuguese Portion of the Library of the Late Robert Southey, Esq. LL.D., Poet Laureate (1843). In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, vol. 178, Jan-Mar, Rio de Janeiro, 1943, p. 91-155.
- LOBO, Alexandre. **Memória histórica e crítica acerca de Luís de Camões e das suas obras**. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1821, p. 158-279.

MACEDO, José Agostinho de. **O oriente**. Lisboa: Impressão Régia, 1814.

MACEDO, José Agostinho de. **Censura das Lusíadas**. Lisboa: Impressão Régia, 1820.

MALATO, Maria Luísa. O espírito e a letra: eixos conceptuais do movimento neoclássico português. In: LOPES, Óscar; MARINHO, Maria de Fátima; REIS, Carlos. **História da Literatura Portuguesa**. Lisboa: Alfa, 2002, p. 279-317. v. 3.

MONTEIRO, Ofélia Paiva. Camões no Romantismo. **Revista da Universidade de Coimbra**, vol. XXXIII, Coimbra. 1985, p. 119-137.

MONTEIRO, Ofélia Paiva. Camões e o Romantismo Português. In: SILVA, V. M. Aguiar e (coord.). **Dicionário de Luís de Camões** [ed. eletrónica]. Lisboa: Caminho, 2012, p. 282-291.

PARKER, Mark. **Literary Magazines and British Romanticism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

PINTO, Alexandre Dias. The Manuscript of Southey's History of Portugal. In: XXVII Encontro da APEAA, 2004, Lisboa. **Atas [...]**. Lisboa: Colibri e Universidade Nova de Lisboa, 2007. p. 61-75.

PINTO, Alexandre Dias. Robert Southey's "Fabulous History [of Portugal]" as Rewriting the Origins of the National Master Narrative. In: BÄR, Gerald; GASKILL, Howard. **Ossian and the National Epic**. Berna: Peter Lang, 2012, p. 155-166.

SILVA, João Paulo Ascenso Pereira da. **Memórias de Portugal**: a obra lusófila de John Adamson. Ponta Delgada: Signo, 1990.

SILVA, Vítor Aguiar. **Teoria da Literatura**. Coimbra: Almedina, 1991.

SOUTHEY, Robert. **Joan of Arc, an Epic Poem**. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, 1976a.

SOUTHEY, Robert. On Mickle's translation of *The Lusiad*. **The Monthly Review**, vol. II, nov., p. 787-789, 1796b.

SOUTHEY, Robert. **Letters Written during a Short Residence in Spain and Portugal**. Bristol: Joseph Cottle Ed., 1797.

SOUTHEY, Robert. **Letters written during a journey in Spain and a short residence in Portugal**. 3. ed. Londres: Longman, 1808. 2 v.

SOUTHEY, Robert. Extractos em Portuguez e em Inglez; com as Palavras Portuguezas propriamente Accentuadas, para Facilitar o Estudo d'aquella Lingoa. 12mo. p. 324. London, Wingrave. 1808. **The Quarterly Review**, v. I, n. 2, p. 268–292, 1809.

SOUTHEY, Robert. 1. Memoirs of the Life and Writings of Luis de Camoens. By John Adamson, F.S.A. London, Edinburgh, and Newcastle-upon-Tyne. Crown 8to. 1820. 2. O Oriente, Poema de Jose Agostinho de Macedo. Lisbon. 2 vols. In: **The Quarterly Review**, LIII, vol. XXVII, 1822, p. 1-39. 2 v.

SOUTHEY, Robert. The Collected Letters of Robert Southey, part 1, ed. de PRATT, Lynda; FULFORD, Tim; PACKER, Ian. In: **Romantic Circles**, 2009. Disponível em: http://www.rc.umd.edu/editions/southey_letters/Part_One/. Acesso em: 21 de maio de 2024.

SOUTHEY, Robert. The Collected Letters of Robert Southey, parte 3, ed. de PRATT, Lynda; FULFORD, Tim; PACKER, Ian. In: **Romantic Circles**, 2013. Disponível em: http://www.rc.umd.edu/editions/southey_letters/Part_Three/. Acesso em: 20 de maio de 2024.

SOUTHEY, Robert. The Collected Letters of Robert Southey, parte 6, ed. de PRATT, Lynda e FULFORD, Tim e PACKER, Ian. In: **Romantic Circles**, 2017. Disponível em: http://www.rc.umd.edu/editions/southey_letters/Part_Four/. Acesso em: 21 de maio de 2024.

WILLIS, Robert Clive. *Os Lusíadas* and its Neoclassical critics. **Revista Ocidente**, vol. LXXXIII, p. 270-286, 1972.

WIMSATT Jr., William K.; BROOKS, Cleanth. **Crítica Literária**: breve História. Trad. de CENTENO, Ivette e MORAIS, Armando. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

Recebido em 05/06/2024.

Aprovado em 08/09/2024.